

DILEMAS E PERSPECTIVAS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL:

da redemocratização ao contexto neoliberal.

Tássia Rejane Monte dos Santos*

RESUMO

A organização sindical dos(as) assistentes sociais, teve um grande destaque no contexto de emergência do Novo Sindicalismo nos anos 1980. Na década seguinte, a acumulação flexível junto aos ditames neoliberais causou um profundo abalo na vida e organização da classe trabalhadora, repercutindo na maneira defensiva e insulada das lutas sindicais. A categoria dos(as) assistentes sociais, também, sofreu os reveses desse contexto e retrocedeu sua luta, a partir da criação da FENAS que, atualmente, representa resistência à dimensão classista, anti-corporativista do sindicalismo de massas que havia sido afirmada na opção pela estratégia de organização sindical, a partir dos ramos de atividade.

Palavras-chave: organização sindical, trabalho, Serviço Social

ABSTRACT

The syndical organization of the social workers, had a great prominence in the context of the creation of the New Unionism in years 1980. In the following decade, the flexible accumulation next to the neoliberal ideas caused a deep shake in the life and organization of the workers, reing-echo in the defensive way and isolated of the syndical fights. The category of the social workers, also, suffered the difficulties from this context and retroceded its fight, from the creation of the FENAS that, currently, represents resistance to the class representative dimension, anti-corporativism of the unionism of masses that had been affirmed in the option for the strategy of syndical organization, from the activity branches.

Key words: syndical organization, work, Social Work

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura do fim da década de 1970 – período de distensão política – fora um período, no qual, a reorganização da sociedade civil expressou-se por meio do efervescente ressurgimento dos vários movimentos sociais, que trouxeram à tona o forte afã popular de intervir (de modo participativo na construção) nos rumos (sobretudo, do ponto de vista político) do país, naquela época.

A eclosão do movimento das massas trabalhadoras junto a outros segmentos da sociedade fora movido, dentre outros motivos, pelo auge da recessão e inflação da época. O

*Mestranda em Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

povo brasileiro vivia o “inferno” pra pagar o “milagre” de outrora. O período baliza a retomada do poder de mobilização dos(as) trabalhadores(as), notadamente, a partir das greves do ABC paulista que disseminaram-se como mecanismos de afirmação da luta política, frente à situação vivida pela classe trabalhadora (imposta pelos ditames autocráticos burgueses nacional e internacional, sob a tutela dos governos militares). Nesta época, os(as) trabalhadores(as) enfrentaram as sanções impeditivas de suas manifestações e, isso, se constituiu num fenômeno de repercussão nacional que, junto aos movimentos sociais populares, estudantil, artísticos, de mulheres, entre outros segmentos, conformaram um quadro expressivo das forças democráticas, sinalizando com veemência o esgotamento de uma era arbitrária e repressora, através da denúncia (negação) do autoritarismo, e da aspiração coletiva do resgate aos direitos humanos e a cidadania.

É neste contexto arbitrário, que nasce o novo sindicalismo brasileiro, momento glorioso do movimento sindical, sob o ponto de vista da resistência e da autonomia política frente à intervenção e repressão do Estado e do patronato. É caracterizado pelo direcionamento para um sindicalismo de lutas, de massas, de bases, que rompe com a estrutura sindical vertical e constrói a nova estrutura sindical a partir da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que assume o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

O envolvimento e a contribuição dos chamados “profissionais livres” (trabalhadores (as) que se inserem principalmente no setor de serviços e que em larga medida atuam na esfera pública), na qual se localiza a categoria das assistentes sociais, foi de fundamental importância no processo de construção da nova estrutura sindical (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

O conjunto das lutas travadas pelos segmentos trabalhadores, nesta época, expressou, igualmente, um grande avanço na perspectiva da construção da consciência de classe, por parte de várias categorias profissionais, tidas como liberais, entre as quais estão inseridos os(as) assistentes sociais. Portanto, destaca-se, neste período, a organização sindical desta categoria, que passa a ter uma representação arregimentada em nível nacional, a partir da criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) em 1979 e, posteriormente, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1983. Ambas são mecanismos de articulação nacional das entidades sindicais da categoria. Esta última é extinta no ano de 1994, por deliberação hegemônica da categoria, que passa a se organizar sindicalmente por ramo de atividade¹

¹Segundo dados, de 2002, da Secretaria Nacional de Organização da CUT, a estimativa é de que existam 18 ramos na Central. Dentre esses, pressupomos que a maior aglutinação de assistentes sociais deve estar

econômica ou contratual, sendo grande parte dos sindicatos profissionais dos(as) assistentes sociais, extintos na primeira metade da década de 1990². Vale salientar que esta deliberação coletiva - dentre outras questões de ordem mais conjuntural sobre as quais iremos abordar mais à frente - foi orientada pela proposta, de organização sindical lançada pela CUT³, que, por sua vez, fundamentara-se numa perspectiva de fortalecimento das lutas, sobretudo, a partir, da quebra do corporativismo.

Nossa intenção é, portanto, fazer um breve resgate da dinâmica de organização dos(as) assistentes sociais no Brasil, no período da redemocratização, momento no qual se deram o ressurgimento dos vários movimentos sociais na cena política nacional, através de uma análise sobre o significado da trajetória de construção da ANAS e, de modo particular, pontuar algumas reflexões sobre o surgimento da Federação Nacional dos(as) Assistentes Sociais (FENAS) considerando as particularidades dos contextos históricos e as tendências políticas que determinaram a trajetória da organização política, da categoria profissional, no âmbito da luta sindical.

2 ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS(AS): polêmicas e desafios

No contexto da década de 1980, o Brasil vivera um período de inflexões políticas significativas. A conjuntura nacional se caracterizava, notadamente, pelo processo de abertura segura do regime ditatorial e pelo ressurgimento dos vários movimentos sociais que traziam para a luz do dia, a confluência de lutas e demandas dos segmentos oprimidos, através da negação à repressão e o questionamento ao modelo de desenvolvimento econômico, dos governos militares, incompatível com a dimensão do desenvolvimento social.

Esse período demarca uma fase bastante propícia ao desenvolvimento das forças progressistas e mais radicais que emergiam, no interior da sociedade civil brasileira. A reverberação do movimento sindical, com a dinâmica do novo sindicalismo, se configura como uma das maiores expressões desse processo. A força política dos segmentos de

compreendida nos ramos da Saúde, Administração Pública (municipal, estadual e federal) e no dos Profissionais Liberais. Devido serem ramos de maior incidência da atuação profissional da categoria. No entanto, somente uma pesquisa mais detalhada, poderá confirmar ou não essa tendência.

²Grande parte dos sindicatos profissionais da categoria foi extinta, no entanto, nem todos. Houve resistência de alguns sindicatos que se mantêm até hoje. Atualmente, o quadro remanescente compreende o número de seis sindicatos, filiados a FENAS (Federação nacional dos Assistentes Sociais), localizados nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul (dois sindicatos), Alagoas e São Paulo. Há mais quatro em processo de reabertura nos Estados do Paraná, Belém, Mato Grosso do Sul e, mais um, em São Paulo (Conforme informação disponível no dia 25/09/06 no site do sindicato da categoria do Rio de Janeiro. www.saserj.org.br).

³No II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), em 1986, a deliberação é de que as profissões tidas como 'liberais' as quais possuíam categorias com um contingente profissional bastante expressivo na área pública, se organizassem sindicalmente de acordo com o ramo de atividade econômica a que pertencessem (ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Esta proposta surge com a perspectiva de unificação da classe trabalhadora, bem como da quebra do corporativismo.

trabalhadores(as) de maior combatividade, no interior do movimento sindical brasileiro, deu origem, a uma das maiores centrais sindicais da América Latina, a CUT, bem como, a formação do Partido dos(as) Trabalhadores(as), o (PT), o que conferiu, um grande avanço, para o conjunto da classe trabalhadora, sendo estes organismos, espaços estratégicos para aglutinação e defesa dos interesses e das lutas dos(as) trabalhadores(as), nesse país.

Na década seguinte 1990 desenha-se uma conjuntura retroativa. Os rebatimentos do reordenamento capitalista mundial se abatem sobre a realidade nacional. Neste sentido, o desalento e refluxo das mobilizações populares e sindicais são características que atestam a mudança na correlação de forças, no âmbito da sociedade civil, com fortes rebatimentos para o desfavorecimento da disputa dos interesses de classe no interior do aparelho do Estado. O campo político da esquerda nacional, ainda, na década de 1980, precisamente em 1989, perde a chance de avançar no projeto de radicalização da democracia, com a vitória do candidato das classes dominantes, Collor de Melo, que permitiu a aceleração da implantação, no país, do receituário da política neoliberal.

A partir de então, a sociedade brasileira, especialmente a classe trabalhadora, começa a vivenciar os ataques aos direitos e as garantias que, há muito pouco tempo, haviam sido conquistados na realidade nacional, através da incorporação, pela Constituição Federal, em 1988, de muitas das reivindicações populares dos trabalhadores(as) organizados(as) nos seus espaços de luta.

A classe dominante, junto ao capital internacional, consegue manter a programática da reordenação do seu projeto, através da reforma do Estado brasileiro, e a efetiva muito eficientemente, a partir do governo FHC, durante seus dois mandatos (1994 - 2002). Junto à implantação do Plano Real, estratégia de marketing eleitoral desse governo, para o controle da inflação (a duras penas), veio à abertura comercial irresponsável; a reestruturação produtiva em nome da modernização e flexibilização para a competitividade no mercado internacional, o que fez intensificar os índices de desemprego e da precarização do trabalho; o aprofundamento da reforma estatal, através de cortes no orçamento dos gastos públicos, o que refletiu no sucateamento dos serviços das instituições públicas e, ainda, privatização de setores e empresas superavitárias; sob o legado falacioso do endividamento público, determinando, assim, a deteriorização da dimensão dos direitos e das garantias sociais da população. Esse panorama representa o prelúdio de um tempo de barbárie, no qual o processo de aprofundamento das contradições deu origem a modalidades, cada vez mais complexas, de manifestação da questão social.

Diante disso, o sindicalismo combativo de massas cede lugar, nessa conjuntura de ataques e massacres ao trabalho, para uma posição defensiva, na qual está embutida a perspectiva da conciliação de classes. Desse modo, a agenda sindical passa a ser construída dentro dessa lógica, reivindicando questões meramente pontuais e negociações

desarticuladas do conjunto mais amplo da classe trabalhadora, aceitando, inclusive, discutir, com a classe dominante e seus representantes, formas ou estratégias de soluções “possíveis” para a contemplação dos interesses do capital e do trabalho - como se isso fosse possível - dentro da ordem do capital.

A conjuntura política nacional, atualmente, é marcada pela implementação de uma política de conciliação de classes, que vem obtendo êxitos, pois é liderada pelo partido governista, que outrora se identificara e defendera os interesses da classe trabalhadora.

Algo extremamente preocupante, sob o ponto de vista dos movimentos sociais, principalmente, o sindical, - especialmente, dos segmentos mais combativos, notadamente, representado pela CUT - é a falta de autonomia frente ao governo Lula. A política de atrelamento, desenvolvida pelo governo petista objetiva demonstrar uma governabilidade pacífica, o que se torna absolutamente favorável à ofensiva do capital, nesse contexto neoliberal.

É importante ressaltar que, o comportamento defensivo, apesar de ser hegemônico, atualmente, no movimento sindical brasileiro, não é homogêneo. Ainda existem, no interior do movimento sindical, posturas de resistência e crítica, no entanto, não possuem força orgânica, suficientemente articulada, para revitalizar a combatividade de outrora, considerando a situação do mundo do trabalho e da ofensiva neoliberal, bem como o modo, cada vez mais isolado, como estão sendo organizadas e encaminhadas as lutas dos(as) trabalhadores(as), o que caracteriza, também, a persistência do espectro da cultura corporativista, no interior das categorias profissionais, dimensão esta que, a estrutura do novo sindicalismo (não consolidada), não conseguiu superar.

Nesse sentido é que, destacamos nessa discussão, particularmente, no interior de uma categoria profissional, dos(as) assistentes sociais, a polêmica sobre qual seria a modalidade de organização sindical mais adequada para o conjunto da classe trabalhadora, diante às tendências regressivas do neoliberalismo.

A criação da ANAS no ano de 1983, demarcou, consideravelmente, um salto de qualidade na organização político sindical dos(as) assistentes sociais, pois emergiu numa conjuntura importante para a classe trabalhadora, balizada pelo surgimento da CUT. Nessa direção é que:

Em seus onze anos de existência, a ANAS trilha um caminho de organização e luta, de democracia interna, de inserção na luta dos trabalhadores em serviço público e no conjunto da classe trabalhadora e de articulação com o movimento da categoria no continente latino-americano (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 132).

Nessa época, os sindicatos dos(as) assistentes sociais e na sua instância nacional, ANAS, como já apontamos anteriormente, começam a experimentar o desalento

das forças pelo fracasso da luta pela SMP, como também, pelo desfavorecimento da correlação de forças, na conjuntura que se traçava no fim desta década.

A essa altura, as entidades sindicais de assistentes sociais sofrem um esvaziamento expressivo, o que fez se aprofundar, no interior da ANAS e dos seus sindicatos, a discussão sobre a transição aos ramos, culminando esse processo com a extinção da ANAS, em 1994.

Deliberada à extinção da entidade nacional, ficam, os sindicatos de base, encarregados de conduzir o desafiante processo de transição das suas bases filiadas (os/as profissionais) para os sindicatos de organização por ramo de atividade, conforme decisão coletiva da categoria, devendo ser levadas em consideração à peculiaridade dos processos de cada entidade, para que se pudesse garantir uma ampla participação da categoria noutros processos da luta sindical.

Mesmo depois de todo processo de discussão sobre a transição aos ramos, que levou a categoria deliberar pela dissolução dos seus sindicatos e passar a compor a nova estrutura sindical proposta pela CUT, permaneceram abertos, em alguns estados da federação, cinco sindicatos da categoria. Alguns desses sindicatos já haviam sido destituídos, volvendo sua atuação durante o final da década de 1990.

A articulação nacional desses sindicatos deu origem, no ano de 2000, a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), durante a 1ª Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, ocorrida no período de 28 a 29 de novembro do referido ano, na cidade do Rio de Janeiro. O surgimento dessa federação se apoiou no legado de que, desde a extinção da ANAS, houve uma fragilização da organização sindical da categoria, tendo em vista que, a sindicalização por ramo não avançou, justamente porque, diferente do que ocorreu com as entidades sindicais dos(as) assistentes sociais, outras categorias mantiveram seus sindicatos e federações, o que suscitou um isolamento e desarticulação das lutas específicas da categoria, além de manter a base sem representação sindical.

Existem, nesses argumentos apresentados pela FENAS, alguns equívocos que, nos impelem assinalá-los, para termos um melhor entendimento do real significado de seu surgimento.

A idéia de que a fragilização da organização sindical da categoria se abateu, devido à extinção da ANAS, conota um sentido inverso ao que ocorreu. Sendo, a extinção dos sindicatos e da sua entidade nacional, determinada por uma questão mais de fundo. Ora, o desfavorecimento conjuntural da época, para as lutas do trabalho, determinou grandes mudanças na organização do trabalho, desorganizando-o, inclusive.

Uma outra questão é que, se é bem verdade que a transição aos sindicatos de ramo não teve ressonância em outras categorias profissionais, como houve com a nossa,

não significa dizer que a base profissional dos(as) assistentes sociais ficou sem representação. A orientação da condução dos(as) profissionais aos sindicatos por ramo de atividade e de contratação foi uma escolha precedida de uma discussão democrática, transparente e participativa, realizada em vários eventos construídos para tal fim. Esta tomada de decisão da categoria refletiu tanto, a maturidade política com relação à ruptura com a modalidade corporativista do encaminhamento das lutas, na perspectiva de promover uma articulação unitária da classe trabalhadora; quanto uma saída estratégica à situação de marasmo, instalada, no interior dos sindicatos profissionais da categoria, naquele contexto.

Mesmo havendo particularidades entre as profissões, não devem existir lutas específicas no plano do sindicalismo de massas. Sendo, os(as) assistentes sociais, parte da classe trabalhadora, suas demandas se inserem dentro do quadro mais amplo das demandas gerais de toda a classe trabalhadora, sendo, portanto, necessário que, os(as) assistentes sociais travem lutas, junto a outros(as) trabalhadores(as), a partir do processo de trabalho, ao qual estão vinculados(as), superando, assim, a dimensão corporativista na luta por conquistas para os(as) trabalhadores(as).

Atualmente, o debate existente no interior da profissão, sobre isso, polariza dois campos divergentes; um aglutina parte majoritária da categoria que, em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como, com a proposta da nova estruturação sindical, pela quebra do corporativismo e unificação das lutas do conjunto dos(as) trabalhadores(as), defende a sindicalização por ramo de atividade; e, outro que reúne um segmento ínfimo, que não defende isso, nessa conjuntura, mantendo em funcionamento uma entidade sindical nacional da categoria (FENAS), sob a alegação de que os ramos não foram estruturas consolidadas e, portanto, os sindicatos profissionais devem continuar dando prosseguimento às lutas da categoria, o que representa um retrocesso político diante da superação histórica construída pelo sindicalismo de massas, o que reflete, certamente, a deslegitimação da atuação dessas entidades (os sindicatos da categoria e a FENAS), com relação à categoria, em âmbito nacional.

Além disso, a conjuntura atual, exige uma organização mais unificada e menos fragmentada dos trabalhadores(as), para enfrentar os desafios, colocados pela hegemonia neoliberal, na correlação de forças, nesta sociabilidade vigente (RAMOS, 2006).

Ainda, de acordo com a autora, faz-se necessário analisar, a partir da definição dos princípios e propostas da FENAS, seu potencial político e sua postura democrática, bem como em que medida esta entidade influi na construção do projeto ético-político profissional e nas lutas democráticas populares vigentes no país. Desse modo, destaca, a falta de legitimidade do processo de criação da FENAS e sua relação com as demais entidades, particularmente o Conjunto CFESS/CRESS. Estes aspectos:

Apontam para o questionamento dessa experiência que parece romper com um princípio ético-político consolidado na organização política profissional: a ampla discussão democrática entre a categoria e suas entidades representativas. A ausência desse debate coletivo, aliada às divergências com a direção política da FENAS, gerou uma falta de legitimidade entre os expressivos segmentos profissionais e demais entidades representativas (RAMOS, 2006, p. 164).

3 CONCLUSÃO

Levando em consideração a colisão entre as posturas mais combativa e mais defensiva no interior da categoria profissional sobre a forma de organização da luta sindical, compreendemos que isso se deve a pluralidade das influências ideo-políticas que permeiam a profissão, a qual se constitui como espaço de disputa de projetos diferenciados, mesmo, sendo hegemônico, um projeto vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Portanto, compreendemos que a forma de organização política, ou seja, a maneira como são construídas as alianças e as estratégias de resistência, aos ataques do capital, junto ao coletivo maior da classe trabalhadora, pode revelar qual a intensidade da defesa do projeto ético-político profissional, por determinados segmentos da categoria.

As formas como estão sendo encaminhadas as lutas sindicais dos(as) assistentes sociais, atualmente, são bem diversificadas. Orientam-se nas perspectivas referidas, anteriormente (por ramo de atividade e por categoria profissional, no caso, os sindicatos que conformam a FENAS), o que pode representar, além da heterogeneidade no modo de pensar as estratégias de organização da luta, uma tendência de identificação com outros projetos políticos, compatíveis com uma lógica defensiva de acomodação dentro da ordem (do capital).

Portanto, é imprescindível perceber em qual perspectiva são trabalhadas e desenvolvidas as alianças políticas e a modalidade de filiação para o encaminhamento das lutas sindicais da categoria, para que se possa, assim, melhor avaliar qual tendência possui maior identidade com a defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

Diante disso, impõe-se a exigência de retomar o debate, no interior das entidades organizativas da categoria, sobre a organização do movimento sindical brasileiro e, especialmente, sobre a organização sindical dos(as) assistentes sociais, frente aos desafios colocados pela política neoliberal para a classe trabalhadora, no atual contexto da sociedade brasileira, considerando o projeto ético-político do Serviço Social, ou seja, o compromisso político com a resistência contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. Beatriz C., CABRAL, M. do Socorro R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

Histórico da FENAS In: SITE do sindicato dos(as) assistentes sociais do Rio de Janeiro. www.saserj.org.br

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção política de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Serviço Social & Sociedade** nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.

Secretaria Nacional de Organização da CUT **Panorama dos ramos da CUT**. São Paulo: Extra Copy Gráfica e Editora, dezembro, 2002.